

AVALIAÇÃO DO GRAU DE MATURAÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: APLICAÇÃO DO PAINEL DE INDICADORES NO TERRITÓRIO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SEARA
EVALUATION OF THE MATURITY LEVEL OF THE TERRITORIAL BASKET OF GOODS AND SERVICES: APPLICATION OF THE INDICATOR PANEL IN THE TERRITORY OF THE SEARA RURAL CREDIT COOPERATIVE

Isabela Tsutiya Andrade¹, Andreia Tecchio², Hannah Wittman³, Valério Turnes⁴, Ademir Antonio Cazella¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

²Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara)

³Universidade da Colúmbia Britânica (UBC)

⁴Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

isa.t.andrade@gmail.com; aacazella@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

Este artigo avalia a maturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) no território da Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara), em Santa Catarina, no contexto do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). A pesquisa aplicou um Painel de Indicadores, combinando análises qualitativas e quantitativas de entrevistas com 14 atores territoriais. Os resultados indicam maturidade moderada da CBST, destacando os papéis da Crediseara e do Fórum da Agricultura Familiar, mas revelam desafios como a exclusão de grupos indígenas e a falta de articulação entre políticas públicas e distintas iniciativas territoriais. O estudo reafirma a importância da participação de distintas categorias de atores territoriais na construção da CBST e do Painel enquanto uma ferramenta de monitoramento da CBST e planejamento de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável; Governança Territorial; Indicadores de Monitoramento.

Abstract

This article assesses the maturity of the Territorial Basket of Goods and Services (CBST) in the territory of the Seara Rural Credit Cooperative (Crediseara), in Santa Catarina, within the context of Sustainable Territorial Development (DTS). The research applied an Indicator Panel, combining qualitative and quantitative analyses of interviews with 14 territorial actors. The results indicate a moderate maturity level of the CBST, highlighting the role of Crediseara and the Family Farming Forum but revealing challenges such as the exclusion of Indigenous groups and the lack of coordination between public policies and local initiatives. The study reinforces the importance of territorial participation and the Indicator Panel as a tool for CBST monitoring and sustainable development planning.

Key words: Sustainable Territorial Development; Territorial Governance; Monitoring Indicators.

1. Introdução

Os sistemas alimentares globais, embora tenham ampliado a produção e o acesso a alimentos em larga escala, perpetuam desigualdades socioeconômicas e ambientais que desafiam a sustentabilidade dos territórios rurais (GRISA, 2022). Baseados em modelos industriais e agroindustriais de grande escala, esses sistemas priorizam a especialização, o uso

intensivo de insumos químicos e a uniformidade dos produtos, gerando impactos como a degradação de solos e ecossistemas, a perda de biodiversidade e a exclusão de pequenos produtores familiares (IPES, 2016; GRISA, 2022). Além disso, concentram poder econômico e político em poucos atores, limitando a capacidade das comunidades locais de participarem ativamente na governança e nos benefícios desses sistemas (HLPE, 2017; PREISS; SCHNEIDER, 2020).

Em resposta a esses desafios, a partir do final da década de 1980 emergiram abordagens alternativas que valorizam a territorialidade, a diversidade e a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Modelos como os Sistemas Alimentares Localizados (SIAL) e os Sistemas Alimentares Territorializados (SAT) destacam a importância da proximidade geográfica, social e institucional entre atores locais, promovendo cadeias agroalimentares mais justas e resilientes (REQUIER-DESJARDINS, 2010; RASTOIN, 2015; SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Essas iniciativas não apenas fortalecem a identidade e os recursos territoriais, mas também integram aspectos sociais, culturais e ambientais, alinhando-se aos princípios do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e abrindo caminho para abordagens inovadoras, como a da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

A CBST constitui uma abordagem teórico-metodológica concebida para analisar processos de DTS em espaços rurais, com atores excluídos de dinâmicas hegemônicas de desenvolvimento. Concebida na França nos anos 2000 pelos pesquisadores Pecqueur (2001) e Mollard (2001), a CBST tem sido estudada em diferentes territórios, tanto em seu país de origem quanto no Brasil, a exemplo das regiões da Serra, do Planalto Norte, do Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina¹. Essa abordagem busca compreender como a combinação de bens e serviços de qualidade e específicos do território, aspectos socioculturais, paisagísticos e econômicos podem contribuir para a sustentabilidade e a resiliência dos territórios rurais.

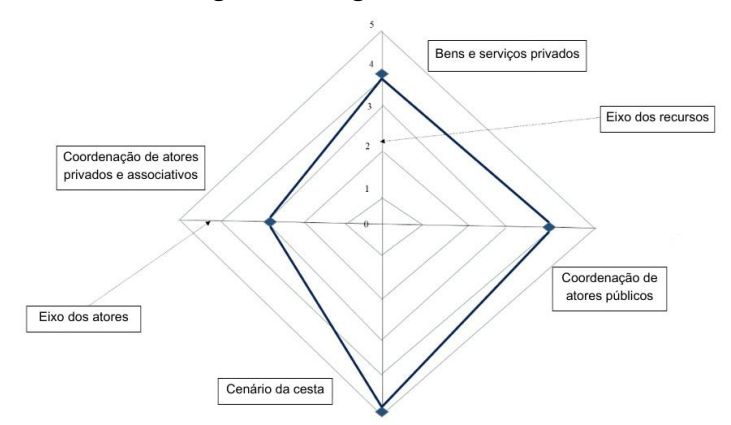
A aplicação empírica do enfoque da CBST se depara com territórios que apresentam diferentes configurações de componentes, incluindo bens, serviços, tradições culturais, paisagens e aspectos econômicos. A tipologia da CBST, formuladas por pesquisadores ao longo de décadas de estudos, permite a identificação de elementos presentes, ausentes ou em estado dormente, auxiliando na compreensão da dinâmica territorial e no desenvolvimento de estratégias para sua consolidação (HIRCZAK et al., 2008; TURNES et al., 2022).

Como forma de registrar e avaliar esses componentes, foi inicialmente proposto um diagrama de análise territorial composto por dois eixos: um horizontal, representando o sistema de governança, e um vertical, que abrange os bens e serviços privados e públicos e o cenário do território, como a paisagem, clima e relevo (Figura 1). Entretanto, ao ser utilizado em estudos empíricos por pesquisadores e agentes do DTS foram identificadas limitações nessa ferramenta, como a dificuldade de comparação entre territórios, a impossibilidade de avaliar mudanças ao longo do tempo e a falta de detalhamento dos componentes da cesta (CAZELLA et al., 2020). Diante dessas limitações, pesquisadores do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do território da Universidade Federal de Santa Catarina (LEMATE/UFSC) e de

¹ A partir de 2023, o enfoque da CBST passou a ser estudado em territórios rurais do Pará e do Maranhão por meio do projeto de pesquisa “Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos”, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Edital Suplemento nº 28/2022. Este artigo é parte da dissertação de mestrado da primeira autora, que está inserida entre as atividades previstas nesse projeto.

organizações parceiras elaboraram um Painel de Indicadores para monitorar a implementação da CBST (TURNES et al., 2022).

Figura 1 – Diagrama de Análise Territorial



Fonte: Modificado de Hirczak e Moalla (2010); Cazella et al. (2020).

O Painel de Indicadores é uma ferramenta para o planejamento e monitoramento do desenvolvimento territorial sustentável, permitindo tanto a avaliação participativa por atores territoriais quanto análises conduzidas por pesquisadores e formuladores de políticas. Sua aplicação possibilita identificar os pontos fortes de um território, medir como os componentes da CBST estão sendo incorporados na governança e acompanhar a evolução dos processos de desenvolvimento ao longo do tempo. Além de sua função avaliativa, o Painel de Indicadores desempenha um papel estratégico no fortalecimento da abordagem CBST, ao incentivar a participação ativa dos atores sociais e proporcionar subsídios para a tomada de decisão em nível territorial. Ao promover um olhar crítico sobre as dinâmicas locais, o painel contribui para aprimorar estratégias de valorização dos recursos territoriais e a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A primeira versão dessa ferramenta foi formulada durante a pandemia, período no qual restrições de mobilidade impediram sua aplicação a campo (TURNES et al., 2022). Seu aprimoramento contínuo busca consolidá-la como um instrumento cada vez mais preciso e acessível, ampliando sua relevância tanto para a gestão territorial quanto para a construção de processos de governança mais participativos e eficazes.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral avaliar o grau de maturação da CBST no território de atuação da Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara). Para isso, realizamos a medição entre agosto e outubro de 2023, a partir do aprimoramento e aplicação empírica de uma nova versão do Painel de Indicadores para Monitoramento da Implementação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. O território da Crediseara se destaca pela forte atuação de organizações sociais e públicas na promoção do DTS, inserido em um contexto de expressiva presença da agricultura familiar e grandes conglomerados agroindustriais. Para atingir este objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (I) caracterizar o território de atuação da Crediseara, destacando sua relevância histórica, origem de projetos de desenvolvimento rural contra-hegemônico em relação ao modelo produtivista e potencial para o desenvolvimento da CBST; (II) mapear os atores-chave do território, analisando suas interações, papéis e contribuições para a governança e implementação da CBST; e (III)

aprimorar e testar a campo o painel de indicadores, a partir da percepção de atores territoriais envolvidos em distintas ações de DTS.

2. Principais procedimentos metodológicos

Para este trabalho, adotamos uma abordagem de pesquisa de campo quali-quantitativa, fundamentada nos princípios da pesquisa-ação. A pesquisa foi conduzida em parceria com a Crediseara, cuja participação ativa foi fundamental em todas as etapas, desde a contextualização do território e o mapeamento dos atores-chave até a realização das entrevistas. Nosso estudo teve como ponto de partida a primeira versão do Painel de Indicadores da CBST, elaborada sem pesquisa de campo específica para essa finalidade, mas baseada em estudos empíricos conduzidos por pesquisadores brasileiros sobre os componentes da Cesta em distintos territórios.

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: a caracterização do território, o mapeamento dos atores-chave e a revisão e aplicação a campo de uma nova versão do Painel de Indicadores da CBST, permitindo validar e aprimorar sua estrutura a partir da realidade territorial. Para tanto, entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com diferentes tipos de atores territoriais, com o propósito de avaliar as três principais dimensões da abordagem da CBST: oferta de bens e serviços privados, oferta de bens e serviços públicos e a construção de um sistema de governança territorial. A pesquisa de campo permitiu o contato direto com atores territoriais, promovendo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de DTS na região.

Caracterização do Território

O território da Crediseara abrange os municípios de Seara, Xavantina, Arabutã, Arvoredo, Itá e Paial, localizados na região Oeste de Santa Catarina. Predominantemente agrícola, destaca-se pela agricultura familiar e pela presença de organizações sociais voltadas ao desenvolvimento sustentável. Sua relevância histórica e socioeconômica decorre de uma ocupação diversa, com predominância de agricultores familiares de ascendência europeia, além de populações indígenas e caboclas. Esse contexto multifacetado favorece práticas agroecológicas e estratégias de governança territorial como alternativas à modernização agrícola excludente. O município polo (Seara) abriga um importante complexo agroindustrial de carnes, atualmente sob gestão do grupo JBS, proprietário da marca Seara. A caracterização da região envolveu análise de publicações acadêmicas e institucionais, além de observação participante em atividades da cooperativa, proporcionando uma base sólida para a pesquisa empírica.

Mapeamento dos Atores-Chave

Para mapear os principais atores participantes de ações coletivas correlacionadas aos componentes da CBST, selecionamos atores-chave de uma rede formada por grupos historicamente excluídos da agricultura hegemônica. Essa rede configura o "território abstrato" de Pecqueur (2024), um espaço relacional que transcende fronteiras geográficas, unindo atores e recursos para o desenvolvimento sustentável. A seleção dos entrevistados contou com o apoio de uma integrante do LEMATE, como informante-chave, que assessora o serviço de extensão rural da Crediseara. Essa colaboração permitiu identificar representantes das três categorias do sistema de governança territorial: públicos, privados e associativos. Segundo Campagne e Pecqueur (2014), os atores privados produzem e valorizam recursos territoriais, os públicos criam políticas e oferecem suporte indireto, enquanto os associativos conectam demandas territoriais às políticas públicas.

Dessa forma foram selecionados 14 atores: oito associativos, três privados e três públicos (Quadro 1). Dez residem em Seara e quatro nos demais municípios. Alguns desempenham múltiplos papéis em diferentes organizações, evidenciando a interconexão de distintas iniciativas e a complexidade da governança territorial. Essa diversidade garantiu uma visão ampla das dinâmicas do território e da implementação da CBST. Também, foi elaborado um diagrama representando a rede de atuação dos atores entrevistados. Esse diagrama ilustra as interações entre os diferentes setores (público, privado e associativo), destacando o papel de cada categoria de atores na construção e implementação da CBST. O diagrama busca evidenciar a interdependência entre os diversos segmentos que compõem o sistema de governança territorial.

Quadro 1 – Vínculos institucionais dos atores territoriais entrevistados

Atores associativos
Rota Turística Sabores e Saberes no Vale das Borboletas (Turismo Rural)
Grupo Microrregional da Rede Ecovida (Sabor da Natureza)
Pastoral da Juventude de Seara
Associação Nacional de Fitoterapeutas, Psicanalistas e Produtores de Florais Populares, Tradicionais e Culturais do Brasil (ANAFIP)
Grupo BambuSol
Fortaleza de Queijos de Leite Cru do Slow Food
Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Seara e Região (SINTRAF)
Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara)
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Atores privados
Agricultora familiar
Panificadora artesanal
Produtor de queijo colonial
Atores públicos
Prefeitura de Paial
Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus de Concórdia
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) – Seara

Atualização e aplicação do Painel de Indicadores

O “Painel de Indicadores para Monitoramento da Implementação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais” concebido por Turnes et al. (2022) aprimora a análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) por meio da construção de indicadores detalhados. Baseado na Metodologia Delos (TURNES, 2004, 2019), esse painel valoriza a troca de informações entre os atores territoriais. No entanto, sua primeira versão necessitava refinamentos para maior clareza e aplicabilidade, incluindo a criação de fichas de metadados para cada indicador.

Nessa etapa do estudo, refinamos e testamos o Painel a campo, avaliando a maturidade dos três componentes da CBST: bens e serviços públicos, bens e serviços privados de qualidade e governança territorial. Dois workshops colaborativos, em julho e setembro de 2022, reuniram pesquisadores experientes para revisar dimensões, descritores e indicadores do Painel. O primeiro workshop, com cinco pesquisadores, analisou aspectos como delimitação do tema, definição de dimensões e indicadores, bem como escalas de mensuração. O segundo workshop, foi organizado no formato remoto, com quinze participantes, e permitiu consolidar as sugestões,

resultando na exclusão e adição de indicadores para eliminar redundâncias e ampliar a abrangência do Painei.

Foram removidos alguns indicadores, a exemplo de "Bens complementares que podem ser substituídos por bens genéricos?", devido à dificuldades de mensuração, e descritores redundantes relacionados à relação entre oferta e demanda. Indicadores sobre reconhecimento de povos tradicionais, influência das condições edafoclimáticas e relevância das políticas públicas foram adicionados, tornando o Painei mais conciso e representativo. Após revisões, o Painei passou a contar com 37 indicadores, refletindo as especificidades territoriais e dinâmicas de governança. A formulação de fichas de metadados para cada indicador permitiu a construção de parâmetros de forma a reduzir incompreensões da parte dos entrevistados e maior consistência na aplicação do painei. Essas fichas incluem descrições detalhadas e uma Escala Likert modificada, que evita ambiguidades ao representar graus de maturidade dos indicadores em um gradiente de 1 a 5.

Na etapa de aplicação, realizamos entrevistas semiestruturadas com 14 atores territoriais, presenciais ou remotas, com duração média de uma hora. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com o software NVivo, utilizando uma abordagem dedutiva baseada no Painei de Indicadores. Os resultados permitiram calcular o índice de maturidade da CBST por tipo de ator, dimensão e geral, gerando uma análise quali-quantitativa visualizada no Diagrama de Análise Territorial. Por fim, os dados foram validados por especialistas em DTS e da CBST, garantindo confiabilidade e representação fiel das dinâmicas territoriais.

3. Resultados e Discussão

O território de estudo, localizado no Oeste de Santa Catarina, tem sua história marcada pela ocupação dos povos Kaingang desde 5500 a.C., seguida pela constituição de uma população cabocla no final do século XIX, e da chegada de colonos descendentes de europeus no início do século XX. Estes últimos consolidaram a agricultura familiar como base produtiva da região, impulsionando posteriormente o surgimento de grandes agroindústrias de aves e suínos, como JBS, BRF e Aurora Alimentos, que seguem dominando a economia local (DORIGON; RENK, 2018; GIOMBELLI et al., 2022b; TECCHIO et al., 2022b).

A modernização agrícola imposta por essas agroindústrias favoreceu a concentração da produção, mas excluiu parte dos agricultores familiares, além de indígenas e caboclos. Em resposta, nos anos 1990, parcela de famílias de agricultores desses grupos organizaram-se em movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o movimento de renovação do sindicalismo rural, com o atual Sindicato da Agricultura Familiar (Sintraf) filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), buscando modelos alternativos de desenvolvimento sustentável e inclusivo (VIEIRA, 2009; GIOMBELLI et al., 2022b). Essa diversidade resultou na coexistência de diferentes sistemas alimentares e formas de agricultura, frequentemente em tensão com os interesses das grandes empresas.

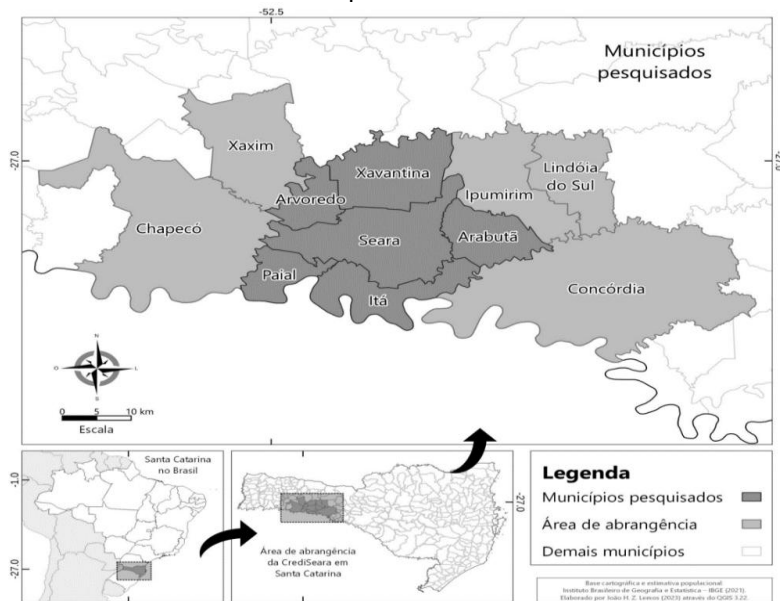
Nesse contexto, a Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara) foi criada em 1994 por organizações da sociedade civil, pesquisadores (professores e estudantes) da Universidade Federal de Santa Catarina e organizações ligadas à agricultura familiar. Iniciando suas atividades em 1995, seu objetivo era viabilizar o acesso ao mercado financeiro para agricultores familiares e fomentar o desenvolvimento rural na região (GIOMBELLI et al., 2022b; GIOMBELLI; TECCHIO; BONI, 2022).

Contexto socioeconômico e político da Crediseara

O território de atuação da Crediseara abrange 11 municípios (Figura 2), com postos de atendimento em Arabutã, Arvoredo, Itá e Paial, além da sede em Seara. Xavantina foi incluído em 2006, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Seara e Região (GIOMBELLI et al., 2022b). A pesquisa deste estudo se concentra nos municípios de Seara, Xavantina, Arabutã, Arvoredo, Itá e Paial, que somam cerca de 38 mil habitantes, com Seara sendo o mais populoso com 18.500 habitantes (IBGE, 2022). O território está próximo a municípios polos regionais como Concórdia (81.646 habitantes) e Chapecó (254.785 habitantes), que possuem maior infraestrutura urbana. O quadro de associados da Crediseara supera 7 mil pessoas, majoritariamente agricultores familiares, mas com crescimento recente de trabalhadores urbanos, incluindo migrantes nordestinos, venezuelanos e haitianos, atraídos pelas agroindústrias (GIOMBELLI et al., 2022b).

No contexto da CBST, o território da Crediseara é concebido como um território construído, resultante das interações sociais e da organização coletiva. Diferente de um território delimitado apenas por parâmetros geográficos, ele se estrutura a partir da cooperação e valorização de recursos territoriais para enfrentar desafios compartilhados por coletivos de atores sociais (GLON; PECQUEUR, 2006; PECQUEUR, 2006; CAZELLA et al., 2020; KATO; DELGADO; ROMANO, 2022; HIRCZAK; JANIN; LAPOSTOLLE, 2022).

Figura 2 – Localização geográfica do Estado de Santa Catarina no Brasil, do Território no Estado e dos Municípios no interior do Território



Fonte: Giombelli, Tecchio e Boni (2022)

Desde a sua criação, a Crediseara atua como um contramovimento institucional, promovendo circuitos curtos de comercialização e assistência técnica para a agricultura familiar. Suas principais iniciativas incluem o acesso ao crédito rural via, principalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Casa Colonial para comercialização de produtos e artesanato e a implementação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Além disso, a cooperativa impulsiona práticas sustentáveis, como o uso de recursos locais, tecnologias sociais e eventos agroecológicos, fortalecendo a identidade territorial e ampliando oportunidades econômicas para agricultores familiares (GIOMBELLI et al., 2022b; TECCHIO et al., 2022b).

A Crediseara articula uma rede de cooperativas descentralizadas, sem vínculos à Organização das Cooperativas do Brasil, sindicatos e agroindústrias familiares para fortalecer circuitos curtos de comercialização e a preservação de recursos naturais. Sua atuação inclui campanhas como o Setembro Verde² e o incentivo a práticas agroecológicas. Em 2008, liderou a criação do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar de Seara, que reúne 19 organizações sociais e coordena estratégias de governança territorial voltadas ao desenvolvimento sustentável (GIOMBELLI et al., 2022b). O Fórum desempenha um papel central na articulação de demandas e na construção de soluções coletivas, promovendo a cooperação entre atores públicos, privados e associativos. No território da Crediseara, a governança territorial é impulsionada pela sociedade civil, que assume um protagonismo singular na implementação de estratégias alinhadas às especificidades locais e à valorização dos recursos do território, consolidando um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Mapeamento dos Atores e suas Contribuições para a Governança

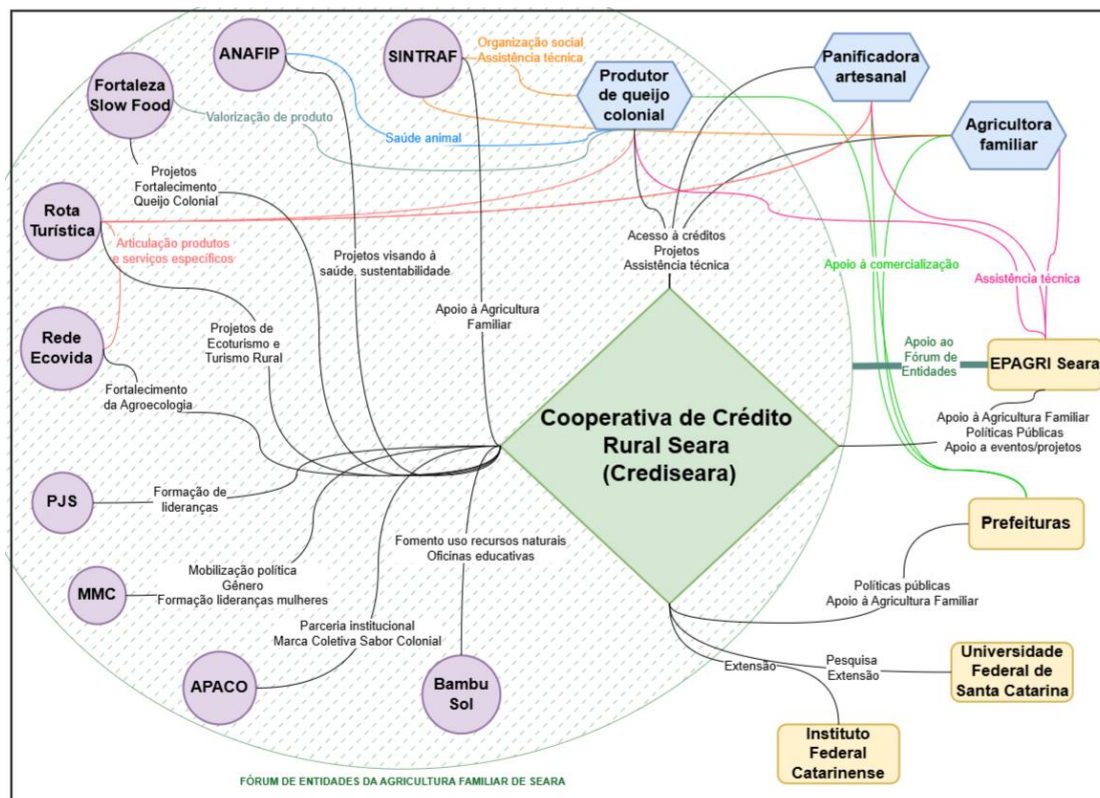
O mapeamento dos atores-chave no território da Crediseara revelou a complexidade das interações entre setores público, privado e associativo. Os atores associativos desempenham um papel central na mediação entre políticas públicas e iniciativas privadas, conectando demandas territoriais a oportunidades. A Crediseara se destaca como articuladora estratégica, promovendo ações ligadas à agricultura familiar, turismo rural e valorização dos produtos locais, com foco nas agroindústrias familiares. Os atores públicos, como prefeituras, EPAGRI e IFC Concórdia, são fundamentais no apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável, mas enfrentam limitações na integração entre diferentes níveis de governo. A Prefeitura de Paial se destacou por maior colaboração com a Crediseara, mas, no geral, a relação entre cooperativa e prefeituras é marcada por disputas políticas, limitando o envolvimento municipal na implementação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Assim, a governança territorial recai principalmente sobre organizações da sociedade civil. Os atores privados, como produtores de queijo colonial e demais agricultoras familiares que processam produtos agroalimentares, fortalecem a identidade territorial ao preservar saberes tradicionais e comercializar de forma direta em distintos canais de comercialização do mercado territorial. O turismo rural, incluindo visitas a queijarias e degustações, aproxima consumidores da cultura produtiva local.

A

² A Campanha Setembro Verde iniciou em 2015, é organizada pelo Fórum de Entidades da Agricultura Familiar de Seara/SC e instituições apoiadoras, com abrangência regional de Seara, Itá, Xavantina, Arvoredo, Paial e Arabutã. A iniciativa visa despertar a consciência ambiental na sociedade. A campanha tem um tema permanente – Alimentação Saudável e Consumo Consciente: boas práticas de relação com o meio ambiente e alimentação de qualidade que gera saúde.

Figura 3 ilustra essas conexões, com a Crediseara no centro, articulando atores associativos, privados e públicos. As interações incluem apoio à comercialização, acesso a crédito e assistência técnica, além de iniciativas de valorização de produtos locais e formação de lideranças. O Fórum de Entidades da Agricultura Familiar tem papel-chave na governança territorial, promovendo inclusão e sustentabilidade.

Figura 3 – Mapeamento dos Atores do Território de Atuação da Cooperativa de Crédito Rural Seara e suas Relações



Fonte: elaborado pelos autores

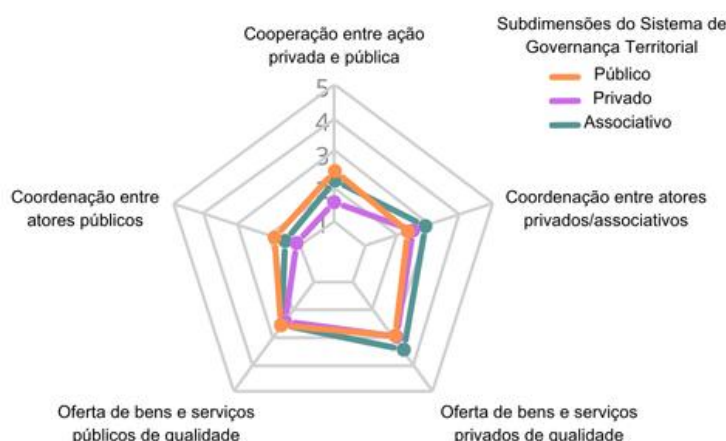
A construção desse mapeamento apresenta algumas limitações metodológicas que precisam ser consideradas. A definição dos atores baseou-se em um único informante-chave, o que pode ter excluído grupos sociais como indígenas, trabalhadores assalariados e agricultores caboclos. Além disso, a amostra de atores privados foi restrita, por limitações de tempo na realização da pesquisa de campo, dificultando generalizações. A duplicidade de representação entre atores associativos também pode ter influenciado as percepções sobre interações territoriais. Novas pesquisas sobre essa temática devem ampliar e diversificar as fontes de informação, incorporando grupos marginalizados e metodologias que integrem melhor as dinâmicas do território, promovendo uma visão mais inclusiva e representativa do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Aplicação do painel de indicadores para avaliar a Cesta de Bens e Serviços Territoriais

Para avaliar o grau de maturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais no território de atuação da Crediseara, foram calculados índices de maturidade das dimensões e subdimensões. Os índices refletem as percepções dos atores públicos, privados e associativos entrevistados sobre o grau de desenvolvimento de aspectos correlacionados aos componentes da CBST no território. Esses índices permitem identificar áreas que se encontram mais avançadas e desafios, fornecendo uma base para análise e tomada de decisão.

De forma geral, o Índice de Maturidade (IM) da Cesta de Bens e Serviços Territoriais ficou em 2,7, o que indica um nível moderado de maturação da CBST no território da Crediseara. O diagrama de análise territorial (Figura 4) oferece uma visão comparativa entre as dimensões e os grupos de atores avaliados. Além disso, evidencia que enquanto os atores associativos possuem percepções mais positivas em diversas dimensões, os atores privados demonstram uma visão mais crítica, especialmente no que tange à governança territorial. Por sua vez, as três categorias de atores reconhecem, destacadamente, a oferta de bens privados de qualidade, mas identificam desafios na coordenação interna de atores públicos e na articulação com outros setores.

Figura 4 – Diagrama de Análise Territorial com Índices de Maturidade dos Atores Privados, Públicos e Associativos



A análise dos índices revelou variações nas percepções sobre a maturação da CBST entre diferentes tipos de atores. Como apresentado na Tabela 1, na dimensão "Oferta de bens e serviços privados de qualidade", a percepção dos atores associativos foi a mais próxima ao índice máximo (5), com um índice de 3,52, seguida pelos atores privados (3,08) e públicos (3,04). Isso sugere que os atores, independente da sua categoria, reconhecem um alto nível de qualidade na oferta desses bens e serviços. Já na dimensão "Oferta de bens públicos de qualidade", os atores públicos obtiveram o maior índice (2,61), enquanto os atores associativos (2,59) e privados (2,44) apresentaram percepções ligeiramente inferiores. Além disso, o valor atribuído próximo da média indica a necessidade de fortalecer a oferta de serviços públicos voltados à valorização de recursos territoriais.

A dimensão "Sistema de governança territorial" apresentou os menores índices entre todas as dimensões avaliadas, refletindo percepções de um elevado grau de fragilidade. Os atores públicos atribuíram a maior pontuação (2,24), seguido dos associativos (2,23), enquanto os privados (1,84) demonstraram uma percepção mais crítica. Esses resultados sugerem que a governança territorial ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à integração entre os distintos segmentos sociais.

Nas subdimensões do sistema de governança territorial (Tabela 2), a "Coordenação entre atores privados e associativos" foi percebida de forma mais positiva pelos atores associativos (2,95) e privados (2,67), enquanto os atores públicos (2,42) tiveram uma percepção mais próxima ao valor médio (2,5). Em contrapartida, a "Coordenação entre atores públicos" recebeu as menores pontuações, sendo percebida de forma mais crítica e com menor maturação pelos atores privados (1,13) e associativos (1,49). A "Cooperação entre ação privada e pública"

apresentou percepções intermediárias, com os atores públicos com o maior índice (2,40), seguidos pelos associativos (2,26) e privados (1,73).

Tabela 1 – Índices de maturidade das três dimensões do Painel de Indicadores

Dimensões	Públicos	Privados	Associativos	Média
Oferta de bens e serviços privados de qualidade	3,04	3,08	3,52	3,29
Oferta de bens públicos de qualidade	2,61	2,44	2,59	2,56
Sistema de governança territorial	2,24	1,84	2,23	2,15

Tabela 2 – Índices de maturidade das subdimensões do Sistema de Governança Territorial

Subdimensões	Públicos	Privados	Associativos	Média
Coordenação entre atores privados/associativos	2,42	2,67	2,95	2,74
Coordenação entre atores públicos	1,90	1,13	1,49	1,53
Cooperação entre ação privada e pública	2,40	1,73	2,26	2,19

Oferta de bens e serviços privados de qualidade

A CBST reúne produtos que combinam características sensoriais com atributos simbólicos, reforçando sua conexão com o território. Enraizados na cultura e história locais, esses produtos são pouco substituíveis e dependem das características do território e do saber-fazer tradicional. Seu consumo e valorização são impulsionados por serviços estruturantes, como turismo e gastronomia, que articulam os recursos específicos do território e enriquecem a experiência dos consumidores (HIRCZAK et al., 2008). O Fórum de Entidades e as ações promovidas pela Crediseara desempenham um papel central na valorização desses recursos, contribuindo para processos de diálogo, produção, comercialização e incentivo para a promoção de novas ações na escala territorial. Essas iniciativas fortalecem e diversificam os produtos e serviços do território, destacando a importância de estratégias que conectem produtores e consumidores e promovam o reconhecimento dos atributos territoriais (GIOMBELLI et al., 2022a).

A dimensão "Oferta de bens e serviços privados de qualidade" obteve um índice de 3,29, refletindo a diversidade e a relevância dos recursos específicos do território. Esse resultado demonstra que, embora a oferta de produtos e serviços de qualidade seja reconhecida e valorizada, ainda há desafios na ampliação da visibilidade e no fortalecimento das redes que sustentam essa oferta. Esse cenário reforça a necessidade de estratégias integradas que fortaleçam a complementaridade entre produtos e serviços, garantindo não apenas sua manutenção, mas também sua expansão no mercado e sua ancoragem na identidade territorial.

Entre os exemplos de bens e serviços específicos com potencial de valorização identificados no território, destacam-se a produção agroecológica (NERLING; DE ABREU, 2007), o bambu (TECCHIO et al., 2022a), o queijo de leite cru (CARVALHO; LINDNER; FARIÑA, 2016) e os embutidos suínos. Os entrevistados destacam a importância da diversidade de produtos e serviços na construção de uma identidade territorial forte. Relatos indicam que a valorização do saber-fazer tradicional e a qualidade dos produtos são elementos centrais para a diferenciação e competitividade da oferta:

Nossa família faz uma feira dentro da Unochapecó e com feira regional. Aí nós entramos com pastel frito na hora. Aí, ah, pastel é tudo igual. Mas vamos puxar essa receita da vó. Minha vó aprendeu da mãe

dela, da minha bisavó. E a mãe aprendeu da vó. Então, a mãe fez umas adaptações, mas é pelo menos uns 90 anos que essa receita tá na família, no máximo. Então é um saber fazer." (Ator associativo entrevistado nº 2)

O turismo rural também aparece como um importante operador de recursos, conectando visitantes aos produtos locais e contribuindo para sua valorização. Apesar do potencial turístico do território, o indicador relacionado à existência de rotas turísticas regionais apresentou os menores resultados dentro dessa dimensão, evidenciando a ausência de uma rota integrada que conecte os diferentes municípios. Embora os municípios de Seara e Itá possuam rotas turísticas (FERREIRA; BERNARDY, 2018; GIOMBELLI; TECCHIO; BONI, 2022; TUMELERO, 2022), inexistente uma articulação entre os atores para a criação de uma rota regional. O turismo rural e o ecoturismo, que poderiam ser fontes alternativas de renda para as famílias agricultoras, não são explorados de forma integrada no território (BOSETTI; OLIVEIRA, 2016). A criação de uma rota turística regional por atores privados e associativos, com apoio do poder público, poderia valorizar o modo de vida das famílias rurais, os saberes tradicionais e as práticas artesanais, promovendo tradições gastronômicas e culturais frequentemente ameaçadas pelo esquecimento. Além disso, a diversidade de recursos específicos do território, incluindo patrimônios culturais e paisagísticos preservados, oferece oportunidades para consolidar uma oferta integrada de bens e serviços locais e rurais, fortalecendo o desenvolvimento territorial (CARDOSO, 2002; BLANCO, 2004).

...que a gente chama de turismo rural, né, mas que por trás disso, há muito além do que só receber um turista, ele vivenciar uma experiência e ir embora. [...] Não é um simples roteiro, não é uma simples rota. Não que a gente faça isso também de propósito, mas é da nossa natureza fazer com que as pessoas que passem pela gente levem mais do que esse produto, assim, informativo, mas também algo que de fato possa impactar a vida das pessoas, assim, de uma maneira de ressignificar ou pra olhar a agricultura também com outros olhos. Eu vejo que essas vivências também podem ser um produto. (Ator associativo entrevistado nº5)

Oferta de bens públicos de qualidade

A disponibilidade de bens públicos de qualidade, como amenidades ambientais, paisagens, biodiversidade, patrimônio, arquitetura, história, cultura e tradições, desempenha um papel central na valorização territorial, pois fornece o contexto em que ocorre a interação entre oferta e demanda. Esses elementos condicionam a sustentabilidade do desenvolvimento territorial ao gerarem externalidades positivas (HIRCZAK et al., 2008).

A dimensão “Oferta de Bens Públicos de Qualidade” obteve um índice médio de 2,56. Os indicadores mais bem avaliados dentro da dimensão analisada foram aqueles relacionados ao patrimônio arquitetônico associado à identidade local, à valorização da história e das tradições e à paisagem territorial, como o relevo montanhoso, elemento marcante e influencia diretamente setores como a agricultura e o turismo.

E aí, devido a isso, o queijo por exemplo, você tem que ter certas raças de gado que vão produzir um leite, por causa da região montanhosa e tal, que se adapte, né, nessa região. Então, tem uma questão característica, alguns tipos de pastos que produz aqui ou de pastagem nativa, ou coisa assim, que vai influenciar na questão qualidade do

produto. A questão do relevo pro turismo, né? (Ator associativo entrevistado nº 2)

Além da paisagem, o patrimônio arquitetônico, a história e as tradições locais continuam a ser valorizados, manifestando-se em festas típicas, eventos culturais e na culinária influenciada pelas heranças italiana e alemã. Os entrevistados destacaram a presença de espaços culturais e eventos tradicionais que contribuem para a identidade territorial. O Museu Fritz Plaumann³ e a Casa da Cultura foram mencionados como elementos significativos do patrimônio local.

Tem o museu do Fritz Plaumann. Nós temos. Eu acho assim, a Casa da Cultura também. (Ator público entrevistado nº3)

Além disso, as festas típicas representam um espaço de manutenção e celebração da cultura local.

Tem a Festa da Cuca, do Grupo Italiano, Dança Alemã, tem a Festa dos Idosos...também na verdade são grupos. Eu vejo, tem muito a questão da Festa Italiana. (Ator público entrevistado nº3)

Apesar da riqueza cultural do território, um dos indicadores com menor pontuação na dimensão analisada foi o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais. A história da colonização e da disputa por terras no Oeste Catarinense gerou exclusão de indígenas e caboclos, marginalizando suas culturas e formas de vida (DORIGON; RENK, 2018). O território abriga a Terra Indígena Toldo Pinhal, onde vivem 644 pessoas da etnia Kaingang (IBGE, 2022), e comunidades de origem cabocla que preservam expressões culturais únicas. No entanto, as ações de desenvolvimento territorial sustentável não contemplam ações com essas populações, resultando em uma invisibilização de suas práticas culturais e conhecimentos tradicionais. Um entrevistado relatou como essa marginalização persiste:

Olha, o quê que eu vejo, que essa área indígena era uma região que era...era moradores, era agricultores, tavam ali nessa área que habitavam ali e aí teve uma disputa. Uma disputa, os indígenas comprovaram que era área indígena, os agricultores foram desalojados. E daí se criou um mal-estar. Uma rivalidade entre (inaudível) agricultores e até hoje isso não se consegue se fazer. (Ator associativo entrevistado 6)

Outro indicador que obteve baixa pontuação foi o relacionado à diversidade de marcas coletivas e selos de qualidade. Embora o Oeste de Santa Catarina concentre o maior número de marcas coletivas do estado associadas a agroindústrias familiares, os entrevistados não identificaram uma diversidade significativa de iniciativas específicas no território. Atualmente, marca coletiva “Sabor Colonial” é empregada por cerca de 130 agroindústrias familiares que processam produtos diversos como derivados de carnes, ovos, cereais, geleias, mel e itens à

³ No município de Seara, encontra-se o Museu Fritz Plaumann, considerado o maior museu entomológico da América Latina, dedicado ao estudo e preservação da biodiversidade regional. Já no município de Itá, a formação dos lagos decorrentes da construção da hidrelétrica, nos anos 2000, impulsionou o desenvolvimento de um turismo rural empresarial, marcado pela presença de grandes resorts. Nos últimos anos, têm surgido iniciativas incipientes de turismo de base comunitária na região, entretanto, essas ações não foram contempladas na pesquisa de campo realizada neste estudo.

base de cana-de-açúcar (TECCHIO et al., 2022b; CAZELLA et al., 2024; RAMOS; HUINKA; TURNES, 2024). A literatura destaca que as marcas coletivas são fundamentais para a valorização da identidade territorial, pois evidenciam atributos como origem, saber-fazer e métodos de produção diferenciados (RAMOS; HUINKA; TURNES, 2024). A baixa pontuação desse indicador reflete uma fragilidade na estruturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, mas também aponta oportunidades. O fortalecimento de marcas coletivas poderia trazer benefícios como o acesso a novos mercados, proteção contra a concorrência e ampliação da identidade territorial (BARBOSA; PEREIRA; REGALADO, 2015; TECCHIO et al., 2022b).

Sistema de governança territorial

A governança territorial é um elemento central para a constituição da CBST, pois influencia diretamente a articulação entre os diferentes atores e a sustentabilidade das dinâmicas produtivas e sociais do território (HIRCZAK et al., 2008). Na avaliação dos entrevistados, essa dimensão obteve o menor índice entre as analisadas, com um valor médio de 2,15. Isso evidencia desafios estruturais na gestão colaborativa do território e aponta para a necessidade de aprimoramento da coordenação entre os diferentes agentes envolvidos. Considerando que a governança territorial impacta transversalmente os demais componentes da CBST, seu fortalecimento pode gerar efeitos positivos em outras dimensões do desenvolvimento territorial.

- **Coordenação entre atores privados e associativos**

O número e a diversidade de produtos e serviços que compõem a CBST dependem, em grande parte, da atuação dos atores privados e associativos. Esses grupos desempenham um papel essencial na construção da identidade territorial, garantindo que a oferta de bens represente autenticamente as características locais e promovendo produtos complementares de qualidade. Além disso, a colaboração entre esses atores fortalece a competitividade da CBST frente a mercados externos, evitando a exclusão de iniciativas produtivas locais (HIRCZAK et al., 2008).

Entre as subdimensões analisadas, a coordenação entre atores privados e associativos apresentou o maior índice, com pontuações acima da média (>2,5) para indicadores relacionados ao nível de envolvimento desses atores, à confiança mútua, à cooperação e à coerência das percepções sobre a CBST. Esse desempenho reflete o papel central das associações e cooperativas na articulação territorial e na promoção de serviços de qualidade. Os entrevistados destacaram a importância da colaboração entre grupos produtivos e organizações locais.

A gente tem grupos. Se você for ver, a gente tem duas cooperativas de produtores das agroindústrias familiares. Lá atrás teve uma questão de loja, separou. [...] Os artesanatos, aqui em Seara a gente tem o grupo do artesanato 'Arte da Roça' que às vezes ajuda com o produto do outro, com o artesanato do outro. Dos outros municípios também (Ator associativo entrevistado 6)

O Fórum de Entidades da Agricultura Familiar de Seara, por exemplo, tem sido um espaço relevante de mobilização, promovendo ações conjuntas entre produtores, prestadores de serviços e consumidores.

Então assim, aqui tem muita influência a política partidária. Então, por exemplo, esse grupo que nós temos aqui do Fórum não é hegemônico, mas ele consegue articular coisas que estão fora do campo político. (Ator associativo entrevistado 7)

No entanto, sua atuação ainda é predominantemente municipal, em Seara, o que limita sua articulação em nível territorial mais amplo e pode ter impactado a pontuação geral dessa dimensão (GIOMBELLI et al., 2022a). Apesar da capacidade de articulação demonstrada por esses grupos, algumas tensões e desafios persistem, como a fragmentação entre cooperativas e a dificuldade de estabelecer conexões mais amplas entre diferentes setores produtivos. O fortalecimento dessas relações e a ampliação da governança para além dos limites municipais são aspectos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável.

- **Coordenação entre atores públicos**

A atuação do setor público é essencial para mediar interesses divergentes entre atores privados e garantir a estruturação de políticas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. O poder público pode desempenhar um papel estratégico na definição de escalas territoriais e setoriais coerentes para selos de qualidade e denominações de origem, além de contribuir para a visibilidade e acessibilidade dos bens e serviços do território. Iniciativas como feiras e eventos, a criação de parques naturais e o desenvolvimento de rotas temáticas são algumas das formas pelas quais a ação pública pode fortalecer a CBST (HIRCZAK et al., 2008).

No entanto, a avaliação dessa subdimensão revelou os menores índices entre os três tipos de coordenação analisados. Esse resultado evidencia a ausência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos produtos e serviços territoriais, bem como a carência de espaços públicos de decisão que incorporem os princípios da CBST. A falta de uma articulação institucional consistente compromete a sinergia necessária para impulsionar um desenvolvimento territorial integrado.

A dificuldade de coordenação entre os setores públicos municipais e estaduais foi um dos principais desafios apontados. Embora algumas instituições, como a EPAGRI de Seara e a Prefeitura de Paial, tenham participação ativa na promoção do DTS, essa mesma dinâmica não se repete em outros municípios da região. A falta de envolvimento de diversas prefeituras e unidades da EPAGRI compromete a consolidação de uma governança territorial mais ampla e articulada (GIOMBELLI et al., 2022a; GIOMBELLI; TECCHIO; BONI, 2022).

Os depoimentos reforçam essa percepção:

O turismo a gente também vem desbravando, aprendendo a fazer, fazendo. A gente só lá no início teve uma parceria, um convênio com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e depois não houve mais. A gente vem desenvolvendo nossa propriedade, como nosso empreendimento, como também fazendo parte da rota Saberes e Sabores do Vale das Borboletas, que é um empreendimento que une três famílias. E é por conta dos agricultores. Não tem nenhum poder público envolvido, nada. E a gente vem, vem fazendo, né. A nossa rota de turismo não tá nem na página do município. ((Ator associativo entrevistado 5))

Além da falta de suporte institucional para iniciativas econômicas e turísticas locais, há também uma percepção generalizada de que o poder público não fortalece suficientemente as ações voltadas ao desenvolvimento territorial:

Do Estado, dá pra se dizer assim que... é muito pouco, né. É aqui no município que acontecem as atividades, que acontecem as ações. Então, o município tem que criar meios, alternativas pra fortalecer, né. [...] A gestão municipal tem que ser responsável. Não é partido A, B ou

*C que tá fazendo a gestão, mas uma gestão com os recursos que se tem.
(Ator público entrevistado 4)*

Os relatos evidenciam uma atuação fragmentada e desarticulada do setor público, reforçando a necessidade de estratégias mais integradas para fortalecer o desenvolvimento territorial. A ampliação dos espaços de governança e a criação de políticas públicas mais alinhadas às demandas locais são aspectos fundamentais para superar essas limitações.

- **Cooperação entre ação privada e pública**

Para que a Cesta de Bens e Serviços Territoriais contribua efetivamente para um desenvolvimento territorial sustentável, é essencial que as ações públicas e privadas sejam coordenadas. A ausência de articulação entre esses setores resulta em iniciativas isoladas, limitando a sinergia necessária para fortalecer os produtos e serviços territoriais e ampliar seus impactos socioeconômicos (HIRCZAK et al., 2008).

A análise dessa subdimensão revelou discrepâncias significativas entre os diferentes tipos de atores avaliados. Em particular, os atores privados apresentaram um índice de 1,73, muito abaixo da média, evidenciando uma percepção generalizada de baixa cooperação entre os setores público e privado. Esse resultado reflete a ausência de objetivos compartilhados e debatidos em espaços mútuos de tomada de decisão, além da escassez de iniciativas voltadas à capacitação técnica e ao fortalecimento dos produtos e serviços específicos do território. O baixo nível de diálogo entre os atores locais foi um dos aspectos mais recorrentes nos relatos. A percepção de que não há um esforço conjunto entre setores distintos se reflete na dificuldade de estabelecer parcerias estratégicas:

Não temos nada nesse sentido. A construção, assim, eu acho que... a gente sempre gostaria que fosse no coletivo. Mas é difícil quando é só um lado. A gente propõe, quando a proposição é boa pra eles, tudo bem, senão eles não querem. É difícil de construir. (Ator associativo entrevistado 3)

Além da falta de articulação local, há também desafios estruturais relacionados à ausência de políticas públicas eficazes para regular e fomentar a produção territorial. A rigidez das legislações sanitárias, por exemplo, foi apontada como um entrave para pequenos produtores que buscam agregar valor aos seus produtos:

Então assim ó, tem poucas políticas públicas... não tem legislações... mas o que é que tem? O que vem do macro. Produtos vegetais, agregados. Tem as legislações da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), aí tem seus protocolos. [...] tipo Seara tem uma lei de inspeção municipal, tem lei de produtos de pequeno porte animal e tem uma lei específica do queijo de leite cru. Mas nenhuma funciona. (Ator associativo entrevistado 7)

A dificuldade de implementação e efetividade das leis locais reforça a necessidade de maior articulação entre as esferas municipal, estadual e federal. Ainda que os municípios possuam certa autonomia, a falta de integração entre políticas públicas e a baixa participação dos diferentes setores na formulação dessas políticas dificultam sua aplicabilidade. Por outro lado, há um reconhecimento de que a construção de um desenvolvimento territorial sustentável exige um esforço coletivo, tanto do poder público quanto da sociedade civil:

Eu acredito que sim, né. É uma necessidade, né. As pessoas sempre esperam que o poder público também dê muitas respostas, né. Que o público seja ativo, que seja parceiro. É importante, né. A sobrevivência das entidades, do poder público, das famílias, dos municípios, é esse esforço coletivo, esse trabalho. Não adianta só, digamos, vir uma ação e esse cruzar os braços. As famílias não se envolverem. Então depende de muito esforço das pessoas, um esforço coletivo. (Ator público entrevistado 4)

Dessa forma, os resultados indicam uma necessidade urgente de políticas e ações públicas executadas na esfera territorial, bem com mecanismos de governança que promovam maior colaboração e integração entre os atores territoriais, especialmente no contexto da agricultura familiar. Estratégias que incentivem o diálogo e a criação de espaços participativos podem contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável (MIOR, 2007).

4. Considerações Finais

O estudo avaliou a maturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais no território da Crediseara, revelando avanços na valorização dos recursos territoriais e na governança participativa, mas também desafios estruturais que limitam sua consolidação como estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável. A análise do contexto territorial destacou a diversidade sociocultural e a forte presença da agricultura familiar, mas também evidenciou desigualdades persistentes, especialmente entre indígenas e caboclos. No âmbito da governança territorial, constatou-se o protagonismo da sociedade civil e da Crediseara, mas a fragmentação entre atores públicos e privados e a concentração das iniciativas no município-polo limitaram a expansão territorial da CBST. Quanto à maturação dos componentes da CBST, identificou-se uma oferta diversificada de bens e serviços privados de qualidade, mas fragilidades na oferta de bens públicos, no acesso a certificações e na estruturação de uma rota turística regional.

Do ponto de vista metodológico, a aplicação do Painel de Indicadores demonstrou-se relevante para a avaliação da CBST, mas enfrentou desafios como a seleção dos entrevistados baseada em um único informante-chave e o pouco tempo de permanência a campo, o que pode ter gerado algumas distorções. Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se ampliar a representatividade das entrevistas, incorporar metodologias participativas mais robustas e explorar mecanismos que fortaleçam a integração dos diferentes atores no planejamento territorial. A continuidade dessas investigações poderá contribuir para o aprimoramento da CBST como estratégia para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

5. Referências

BARBOSA, Patrícia M. S.; PEREIRA, Márcia Moreira Reis; REGALADO, Pablo F. Da teoria à prática: o caso da Marca Coletiva Amorango. **K. L.**, [S. l.], 2015.

BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 4, 2004.

BOSETTI, Camila Sabrina; OLIVEIRA, Verônica Paz De. Ecoturismo e o turismo rural como estratégia de desenvolvimento sustentável: um estudo em propriedades rurais da região da AMAUC/SC. **Ágora : revista de divulgação científica**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 43–63, 2016. DOI: 10.24302/agora.v21i1.1050.

CAMPAGNE, Pierre; PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris: C. L. Mayer, 2014.

CARDOSO, António María FERREIRA. Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais. **Observatorio Medioambiental**, [S. l.], v. 5, 2002.

CARVALHO, Michelle De Medeiros; LINDNER, Juliano De Dea; FARIÑA, Luciana Oliveira. A PRODUÇÃO DE QUEIJO COLONIAL ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SEARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FRENTE À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, [S. l.], v. 70, n. 5, p. 253, 2016. DOI: 10.14295/2238-6416.v70i5.463.

CAZELLA, Ademir Antonio; MEDEIROS, Monique; DESCONSI, Cristiano; SCHNEIDER, Sérgio. O enfoque da “Cesta de bens e serviços territoriais”: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 193–206, 2020. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i3.5881>.

CAZELLA, Ademir Antonio; TECCHIO, Andréia; SCHNEIDER, Sérgio; BONI, Valdete. The territorial basket of goods and services and the social construction of markets: contributions from cooperatives and family-farmers’ agrifood processing enterprises in Santa Catarina (Brazil). **RIVISTA DI ECONOMIA AGRARIA**, [S. l.], v. 79, n. 1, 2024. DOI: 10.36253/rea-14827. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/rea/article/view/14827>. Acesso em: 8 mar. 2025.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Os Sítios Simbólicos de Pertencimento dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 27, n. 45, p. 140, 2018. DOI: 10.22295/grifos.v27i45.4463.

FERREIRA, Anderson Saccol; BERNARDY, Rógis Juarez. Estudo e proposições para desenvolvimento estratégico do turismo no município de Itá (SC) / Study and propositions for strategic development of tourism in the municipality of Itá (SC). **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 70–89, 2018. DOI: 10.24302/drd.v8i1.1710.

GIOMBELLI, Giovana; BONI, Valdete; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz; CONTERATO, Marcelo Antônio. A atuação da Crediseara na promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Em: **Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o Sul**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022. a. p. 290–305.

GIOMBELLI, Giovana; BONI, Valdete; TECCHIO, Andréia; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz; CONTERATO. Construindo a governança de sistemas agroalimentares e de políticas públicas territorializadas: o caso da Crediseara na Região Oeste de Santa Catarina. Em: **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2022. b. v. 1p. 123–148.

GIOMBELLI, Giovana; TECCHIO, Andréia; BONI, Valdete. A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 186–204, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.780.

GLON, Eric; PECQUEUR, Bernard. Développement et territoires : une question d’environnement et de ressources territoriales? **Territoire en mouvement Revue de**

géographie et aménagement, [S. l.], n. 1, p. 13–22, 2006. DOI:
<https://doi.org/10.4000/tem.84>.

GRISA, Catia. **Sistemas alimentares e territórios no Brasil: reflexões sobre literatura e cultura de autoria negra na América Latina**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2022.

HIRCZAK, Maud; JANIN, Claude; LAPOSTOLLE, Dany. Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 22–40, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.776.

HIRCZAK, Maud; MOALLA, Mehdi. **Le panier de biens et de services. Un nouveau regard sur le développement des territoires**. Rhône-Alpes

HIRCZAK, Maud; MOALLA, Mehdi; MOLLARD, Amédée; PECQUEUR, Bernard; RAMBONILAZA, Mbolatiana; VOLLET, Dominique. Le modèle du panier de biens: Grille d'analyse et observations de terrain. **Économie rurale**, [S. l.], n. 308, p. 55–70, 2008. DOI: 10.4000/economierurale.366.

HLPE. **Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Rome.

IBGE. **Censo Demográfico IBGE**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

IPES. **From Uniformity to Diversity**. [s.l.] : International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2016. Disponível em: https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/UniformityToDiversity_FULL.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

KATO, Karina Yoshie Martins; DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge Osvaldo. Territorial Approach and Rural Development Challenges: Governance, State and Territorial Markets. **Sustainability**, [S. l.], v. 14, n. 12, p. 7105, 2022. DOI: 10.3390/su14127105.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. [S. l.], 2007.

MOLLARD, Amédée. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie rurale**, [S. l.], v. 263, n. 1, p. 16–34, 2001. DOI: 10.3406/ecoru.2001.5240.

NERLING, Daniele; DE ABREU, Lucilene. Agroecologia e agricultura familiar: relato do estágio de vivência ativa da Unochapecó em Seara-SC. **Cadernos de Agroecologia**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2007.

PECQUEUR, Bernard. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, [S. l.], v. 261, n. 1, p. 37–49, 2001. DOI: 10.3406/ecoru.2001.5217.

PECQUEUR, Bernard. Le tournant territorial de l'économie globale: **Espaces et sociétés**, [S. l.], v. n° 124-125, n. 1, p. 17–32, 2006. DOI: 10.3917/esp.124.0017.

PECQUEUR, Bernard. As abordagens do desenvolvimento territorial: origem e perspectivas recentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 22, n. 61, p. e16213, 2024. DOI: 10.21527/2237-6453.2024.61.16213.

PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sérgio (ORG.). **Sistemas alimentares no século XXI**. [s.l.] : Editora da UFRGS, 2020.

RAMOS, Ivoneti Da Silva; HUINKA, Mateus Tiago; TURNES, Valério Alécio. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM SANTA CATARINA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE MARCAS COLETIVAS CATARINENSES. **Revista Catarinense de Economia**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 35–44, 2024. DOI: 10.54805/RCE.2527-1180.v7.n1.141.

RASTOIN, Jean-Louis. Les systèmes alimentaires territorialisés : considérations théoriques et justifications empiriques. [S. l.], 2015.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. L'évolution du débat sur les SYAL : le regard d'un économiste: **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, [S. l.], v. octobre, n. 4, p. 651–668, 2010. DOI: 10.3917/reru.104.0651.

SCHNEIDER, Sergio; FERRARI, D. L. Short food supply chains, cooperation and quality products in the family farming - the process of agrifood production relocalization in Santa Catarina, Brazil. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 56–71, 2015.

TECCHIO, Andréia; CANOSSA, V.; GIOMBELLI, Giovana; MAGRI, V.; GIARETTA, Ezequiel. Produção Agroecológica de Bambu em Seara, SC: Histórico e Organização Social. Em: **Jornada de Agroecologia: políticas, ações e movimentos**. Florianópolis: Estudio Semprelo, 2022. a. p. 173–186.

TECCHIO, Andréia; CHECHI, Letícia; GIOMBELLI, Giovana; CAZELLA, Ademir Antonio; BONI, Valdete. Marcas coletivas e cesta de bens e serviços territoriais: ações de desenvolvimento territorial sustentável no Oeste de Santa Catarina. Em: **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2022. b. v. 1p. 99–122.

TUMELERO, Renata. MUSEU E BORBOLETÁRIO FRITZ PLAUMANN. [S. l.], 2022.

TURNES, Valério Alecio. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. [S. l.], 2004.

TURNES, Valério Alecio. Monitoramento participativo de dinâmicas de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 21, 2019. DOI: 10.7867/2317-5443.2018v6n2p21-46.

TURNES, Valerio; CAZELLA, Ademir Antonio; PECQUEUR, Bernard; GUZZATTI, Thaise Costa. Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 224–240, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.784.

VIEIRA, Paulo Freire. Pontencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. **Política & Sociedade**, [S. l.], 2009.